

À CULTURA POLÍTICA DA RETÓRICA  
NO RENASCIMENTO ITALIANO:  
DA LEGITIMIDADE DO REGIME REPUBLICANO  
À POLÍTICA DAS APARÊNCIAS  
THE POLITICAL CULTURE OF RHETORIC  
IN THE ITALIAN RENAISSANCE:  
FROM THE LEGITIMACY OF THE REPUBLICAN REGIME  
TO THE POLITICS OF APPEARANCE

ISABELA ANTÔNIA RODRIGUES DE ALMEIDA\*  
SABRINA CAROZZI BANDEIRA\*\*

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de tratar sobre a retórica como cultura política predominante no Renascimento italiano. Analisaremos a Retórica na Antiguidade Clássica, em Aristóteles e Cícero que a pensaram baseada na persuasão e necessária a todos os aspectos da vida humana. Posteriormente, trataremos o Humanismo Cívico em Coluccio Salutati e Leonardo Bruni, figuras que se utilizaram da Retórica para defender o regime republicano. Por fim, abordaremos a Retórica a partir da análise de Nicolau Maquiavel, acerca da construção da imagem política, ou melhor, da política da persuasão.

**Palavras-chave:** Cultura política; Renascimento italiano; Retórica.

**Abstract:** The present work aims to deal with rhetoric as the predominant form of political culture in the Italian Renaissance. To do so, we will analyze rhetoric in Classical Antiquity in Aristotle and Cicero, who thought of rhetoric as based on persuasion and as necessary to all aspects of human life. We will address Civic Humanism in Coluccio Salutati and Leonardo Bruni, figures who used rhetoric to assiduously defend the republican regime. Finally, we will approach rhetoric through the analysis given by Niccolò Machiavelli of the construction of the political image, or rather, of the politics of persuasion.

**Keywords:** Political culture; Italian Renaissance; Rhetoric.

---

\* Pesquisadora na Univ. Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. E-mail: iara2016.ufmg@gmail.com.

\*\* Pesquisadora na Univ. Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. E-mail: sabrinacarozzi@gmail.com.

A valorização da Retórica ocorre simultaneamente ao reconhecimento de um novo status à *vita activa* nas cidades italianas. Eram nas assembleias políticas de Florença – as chamadas *pratiche* – que a eloquência se fazia fundamental para que alguém pudesse ser ouvido, entendido e respeitado, mesmo que elas tivessem apenas caráter consultivo. Nesse sentido, a Retórica se apresenta não apenas como a arte da persuasão pelo discurso que objetiva a técnica para se chegar à vitória do debate, mas linguagem da própria vida política que acaba por vincular o homem à sua cidade, capacitando-o para a ação coletiva no espaço público<sup>1</sup>.

Com efeito, a Retórica pode ser definida como “atividade pela qual o ser humano tenta, através de seu discurso, levar o ouvinte a crer nas ideias ali defendidas”, portanto, prática “tão antiga quanto difícil de estabelecer seu início na humanidade”<sup>2</sup>, articulando razão e linguagem, isto é, aquilo que os gregos entendiam como *logos*. Por isso, enquanto arte com preceitos orientadores para a execução foi desenvolvida no seio da cultura helênica. A ascensão da democracia em Atenas, por exemplo, demandou novas habilidades do cidadão, agora requisitado a participar diretamente de debates públicos e da administração da cidade. A Retórica foi incorporada a um novo modelo de formação do homem que teve nos sofistas grandes propagadores<sup>3</sup>.

Aristóteles, por sua vez, propunha que ela fosse útil à manutenção das bases axiológicas já reconhecidas em dada época e povo, contudo, poderia também sugerir novos valores que fossem considerados como mais justos. Segundo a visão aristotélica, a Retórica precisava ser útil e ter relação íntima com a vida prática e a cidadania, empenhada com a ética e a ciência política, logo, apta a “fornecer ao homem os elementos discursivos que possibilitem, dentro dos encontros oratórios de seu cotidiano e no plano das deliberações sociais, uma ligação entre as opiniões úteis e verossímeis ao tão desejado *logos*”<sup>4</sup>. Para Aristóteles, ela era o caminho para sociabilizar o

<sup>1</sup> ADVERSE, Helton. Política e retórica no humanismo do Renascimento. *O que nos faz pensar*, n. 27, p. 27-58, maio 2010, p. 28-32.

<sup>2</sup> LIMA, Marcos Aurélio de. A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia. Natal: IFRN, 2011, p. 14.

<sup>3</sup> JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994, *passim*.

<sup>4</sup> LIMA. A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia, op. cit., p. 128; 16.

*logos*, instrumento para ordenação social, removendo parte da carga negativa atribuída por Platão<sup>5</sup>.

Os romanos reconhecerão a importância da Retórica para a prática da política e do direito. Primeiro, assumem muitos dos preceitos gregos, mais tarde, dão forma a uma arte ao modo latino, que alia à teoria a experiência do fórum, do Senado e das *contiones*. O principal nome da Retórica romana foi Marco Túlio Cícero, que ensinou não apenas através das suas orações políticas e judiciárias, mas também por obras dedicadas ao tema. No *De inventione*, o ainda jovem Cícero reflete sobre as técnicas difundidas na época, também registradas na anônima *Rhetorica ad Herennium*, mas já pleiteia independência parcial das fontes gregas, ao contrário dos ativistas, adaptando os conteúdos à realidade cultural de Roma<sup>6</sup>. Ali, a eloquência aparece exigindo a sabedoria e associada com a própria formação das sociedades<sup>7</sup>.

Para os romanos, a Retórica não estava relacionada apenas com a escolha das palavras a serem colocadas num discurso, mas também com a formação do melhor homem político, isto é, um modelo ético pensado a partir do e para o mundo romano. Assim, o *Brutus* perpassa a história da Retórica em Roma, identificando os principais oradores, que se confundem com os principais magistrados e líderes militares. No *Orator*, Cícero tem em vista as qualidades que melhor orador concebível deveria possuir. No *De oratore*, afirma a necessidade de coadunar estilo e conteúdo, atendendo às especificidades do objeto discutido e do público, incluindo particular atenção ao orador como o mais capacitado para escrever a história, sempre em harmonia com os interesses comuns. Como “homem grave, de maneiras aristocráticas e erudito”<sup>8</sup>, mas também ciente dos costumes, dos exemplos antigos e do direito, o orador ciceroniano é o melhor cidadão, capaz de liderar a república

<sup>5</sup> Ver ARISTÓTELES. *The complete works of Aristotle: the revised Oxford translation*. Ed. Jonathan Barnes. Princeton: Princeton University Press, 1984, v. 2.

<sup>6</sup> FREITAS, Eduardo da Silva de. Cícero e o Orador: Comentários sobre o de Oratore. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. XVIII, nº 10, p. 233-250, 2014, p. 235-236. Ver *Retórica a Herênio*. Trad. Salvador Núñez. Madrid: Gredos, 1997. Os aticistas mantinham uma retórica mais próxima possível dos preceitos gregos. Por pretender uma eloquência adequada às necessidades dos romanos, Cícero foi criticado por eles, defendendo-se em *De optimo genere oratorum*. Cf. CÍCERO. *De optimo genere oratorum*. Trad. Brunno Vinicius Gonçalves Vieira e Pedro Colombaroli Zoppi. *Scientia traductionis*, Florianópolis, n 10, p. 4-15, 2011

<sup>7</sup> Ver CÍCERO. *La invención retórica*. Trad. Salvador Núñez. Madrid: Gredos, 1997.

<sup>8</sup> FREITAS, Eduardo da Silva de. Cícero e o Orador: Comentários sobre o de Oratore. *Cadernos do CNLF*, vol. XVIII, Nº 10 – Línguas Clássicas, Textos Clássicos, Línguas Estrangeiras e Tradução. Rio de Janeiro: CIEFIL, 2014. p. 233-250. p. 237

com sua prudência e experiência, calcado nas lições dos antepassados e modelo para os seus pares<sup>9</sup>.

A Retórica “adormeceu” no Medievo com o declínio dos espaços políticos e a difusão de um modelo de vida contemplativa dedicada a Deus. Obras de Retórica e discursos gregos e romanos foram preservados e estudados por clérigos no interior da Igreja, ainda que de forma limitada. Com a criação das universidades na Europa, a partir do século XII, a Retórica voltou a integrar o rol de disciplinas humanísticas, recebendo novas atenções inclusive pelo reavivamento das aglomerações urbanas. Com isso, ela foi um dos elementos culturais da Antiguidade mais significativos para o Renascimento italiano. Pretendemos investigar no presente trabalho como o humanismo cívico, inspirado em modelos gregos e romanos, aportou respostas para novos desafios da realidade e, assim, constituiu uma verdadeira cultura política da Retórica.

## 2. HUMANISMO CÍVICO E A CULTURA DA RETÓRICA: COLUCCIO SALUTATI E LEONARDO BRUNI

O humanismo foi uma forma de reafirmação da vida ativa enquanto vida política, impulsionada pela retomada dos estudos dos antigos, entre os séculos XV e XVI, em especial, nas repúblicas italianas. De fato, o próprio termo “humanismo” surge na Modernidade para expressar a importância da cultura greco-latina no ensino secundário<sup>10</sup>, ao passo que era difundido a noção de “humanista”, referência de professor ou docente estudioso das disciplinas humanísticas. Nesse sentido, estava “relacionado a todas as filosofias centradas no homem, ou que têm por base uma consideração privilegiada da posição humana no mundo”<sup>11</sup>, de modo que, por meio das matérias integrantes dos *studia humanitatis*, buscava-se valorizar o homem como centro do mundo:

Na primeira metade do século XV, os *studia humanitatis* começaram a constituir um ciclo bem definido de disciplinas douradas, a saber, gramática, Retórica, história, poesia e filosofia moral, e o estudo de cada uma dessas

<sup>9</sup> Ver CÍCERO. *Opere retoriche*. A cura di Giuseppe Norcio. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1970, v. III e *Sobre la república*. Trad. Álvaro D’Ors. Madrid: Gredos, 1984.

<sup>10</sup> “O termo *humanismus* foi cunhado em 1808 por um pedagogo alemão, Friedrich Immanuel Niethammer, para sublinhar a importância dos clássicos gregos e latinos no ensino secundário, contra as exigências, então emergentes, de um método educativo mais prático e mais científico”. KRISTELLER, Paul Oskar. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 16.

<sup>11</sup> BIGNOTTO. *Origens do republicanismo moderno*, *op. cit.*, p. 17.

matérias comportava regulamente a leitura e a interpretação dos antigos escritores latinos e, em menor medida, gregos, que de cada matéria tinham sido mestres.<sup>12</sup>

O humanismo surgiu por meio de continuidades e discontinuidades em face da Idade Média<sup>13</sup>. Assim, o estudo da Retórica não foi uma inovação dos humanistas, pois estava fundamentado nos *dictadores* medievais, preponderantemente na *ars dictaminis*, a saber, a arte de escrever cartas oficiais e afins com extrema força persuasiva, capacidade esta muito valorizada no contexto da época. Os discursos estruturados pelos *dictadores* objetivavam persuadir o leitor (ou ouvinte), logo, construídos com uma finalidade prática, como os *formulae* dos *dictadores* instruíam. A esmerada preocupação com o impacto dos discursos levou os *dictadores* se voltarem constantemente para os assuntos políticos das cidades, o que foi concretizado com o surgimento de outro estilo de Retórica, a *ars arengandi*, a arte de fazer discursos públicos formais.

Esses avanços no uso dos exemplos retóricos teve um óbvio significado prático, especialmente numa sociedade que lidava com todos os seus negócios legais, políticos e diplomáticos por meio de discursos e debates formalizados. Capacitou, portanto, os *dictadores* a dar contribuição discreta, porém sistemática, ao debate da maior parte das questões importantes de seu tempo. O resultado da combinação entre *Ars Dictaminis* e *Ars Arengandi* foi que o ensino da Retórica e da imagem dos retóricos começaram ambos a assumir um caráter ainda mais público e político.<sup>14</sup>

Entre os séculos XI e XII, emergiram valores cívicos na região italiana. Os povoamentos aspiraram à liberdade a ponto de se tornarem “cidades-repúblicas”, em veementemente contraposição ao domínio do Sacro Império Romano-Germânico e do Papado. Passaram, então a experimentar certa independência por meio de autogovernos, como os *podestà*, cidadãos de outras cidades que se elegiam para governar por seis meses, trabalho remunerado e que garantia a rotatividade do governo. No entanto, mesmo possuindo autonomia material, essas “cidades-repúblicas” não gozavam de autonomia jurídica, pois permaneciam sob o domínio imperial. Ao mesmo tempo que o Império insistia na recuperação do controle total<sup>15</sup>, crescia progressivamente o

<sup>12</sup> KRISTELLER. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*, op. cit., p. 17.

<sup>13</sup> BIGNOTTO. *Origens do republicanismo moderno*, op. cit., cap. II.

<sup>14</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 52.

<sup>15</sup> Skinner acrescenta que, se o imperador subjugasse todo o Norte da Itália, tornar-se-ia o senhor de “um verdadeiro jardim de delícias”, pois as cidades da planície lombarda haviam

sentimento de amor à liberdade. Desse modo, a defesa da liberdade ocorria em dois sentidos, como autonomia e como independência, nos termos de Skinner:

Depreende-se numerosas proclamações oficiais, que seus propagandistas geralmente tinham em mente duas ideias bastante claras e distintas quando defendiam sua “liberdade” contra o Império: uma era a ideia do direito a não sofrerem qualquer controle externo de sua vida política – ou seja, a afirmação de sua soberania; outra era a ideia do direito, conseqüentemente do primeiro, a se governarem conforme entendessem melhor – ou seja, a defesa de suas constituições republicanas.<sup>16</sup>

Destarte, as reivindicações de liberdade de diferentes naturezas alavancaram um intenso esforço para legitimar a estrutura jurídica cidadina em meio a uma realidade universalizante do ponto de vista da Igreja e do Império<sup>17</sup>. Essa defesa frequentemente se valia da argumentação de que o *merum Imperium*, ou seja, a capacidade de legislar, também cabia às cidades, uma vez que esse direito do imperador era concedido pelo consenso do povo, sendo este o titular do direito que, apenas por conveniência, transferia ao imperador. Um grande defensor dessa tese foi Bartolo de Saxoferrato, que defendia que a lei deve se acomodar aos fatos, isto é, o pressuposto da validade é a aceitação tácita da comunidade. Desse modo, as “cidades-repúblicas” seriam *sibi principes*, ou seja, príncipes de si mesmas.

Diante desse cenário, o medo da escravidão incitou os cidadãos italianos, especialmente os florentinos, na defesa de sua cidade. A Retórica humanista, influenciada pelos *dictadores*, mas a agregando a estes o uso de exemplos dos antigos e uma maior preocupação com a eloquência – será utilizada em favor da defesa das cidades. As principais ideias políticas ascendidas em Florença no início dos Quatrocentos foram uma reação à luta pela liberdade cívica travada por seus cidadãos<sup>18</sup>, como o embate contra o duque de Milão, Giangaleazzo Visconti, líder de numerosas guerras com a intenção de

“suplantado todos os outros Estados do mundo em riqueza e poder”. *Ibidem*, p. 26.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 28-29.

<sup>17</sup> Ver BIGNOTTO. *Origens do republicanismo moderno*, op. cit., p. 34-35.

<sup>18</sup> “Uma nova teoria política sobre a vida pública teria, assim, surgido em consequência da tensão e do medo da escravidão originados pelo confronto com as tropas dos Visconti. A partir da vitória de Florença, valores como o autogoverno, liberdade de expressão, participação política e igualdade perante a lei teriam se cristalizado no pensamento político da época. Não que os homens do século anterior desconhecêssem muitos desses valores, mas a seus olhos eles não possuíam a dignidade que a crise iria lhes conferir; eles não eram o centro da existência

dominá-la. No entanto, manteve-se intacta, em especial, pelo favorecimento da *Fortuna* com a morte do duque. Nesse período, inúmeros tratados políticos foram escritos na defesa da cidade florentina<sup>19</sup>, como o de Coluccio Salutati, *Invectiva a Antonio Loschi*, refutação ao tratado do autor referido no título, autor da *Invectiva contra os florentinos*<sup>20</sup>, opúsculo em favor da campanha expansionista de Giangaleazzo Visconti.

### 2.1. Coluccio Salutati

Coluccio Salutati viveu intensamente os embates teóricos e políticos no período em que foi chanceler de Florença, entre 1375 e 1406. Ele conferiu um novo significado ao cargo, já que “se a priori, o Chanceler tinha por função apenas escrever cartas aos governos estrangeiros, com Salutati iria transformar-se no elemento de continuidade dos mecanismos governamentais construídos por um complexo emaranhado de magistraturas”<sup>21</sup>. Assim, a chancelaria seria um ponto de partida para qualquer humanista. Juntamente com Bruni, era especialista em direito e em Retórica, ou melhor, nas técnicas dos discursos persuasivos.

A própria forma como Salutati estrutura sua invectiva expressa um elaborado artifício retórico, uma vez que dialoga diretamente com Loschi, ao trazer cada um dos argumentos do autor e rebatê-los diretamente na defesa dos seus, quer dizer, aproveita os argumentos do adversário para atacá-lo. É estilo de Retórica típico da tradição romana, que utiliza os mecanismos argumentativos de contraste e oposição. Como chanceler e cidadão, Salutati assume o dever de defender a sua cidade:

---

das cidades que se diziam livres”. Cf. BIGNOTTO. *Origens do republicanismo moderno*, *op. cit.*, p. 19.

<sup>19</sup> “[...] a retórica transforma-se em meio de expressão e em arma de combate político”. ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e Retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 131.

<sup>20</sup> Antonio Loschi ascendeu à chancelaria no período do governo de Giangaleazzo Visconti e, como chanceler, cabia-lhe a função diplomática de defesa da cidade. O referido texto tem como ponto de partida “a acusação movida contra Florença, segundo a qual esta cidade se oporia ao plano de reunificação da Itália pretendido por Visconti, negando assim a liberdade aos povos da Itália e exercendo uma verdadeira tirania sobre as outras cidades-estados”. AMBROSIO, Renato. *Política e Retórica no Humanismo florentino entre os séculos XIV e XV: em torno do humanismo cívico*. 2014. 274f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014, p. 92.

<sup>21</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 20.

Sendo cada cidadão um membro de sua cidade e de seu povo e não um estrangeiro, assumo a causa de minha pátria, aquela que cada um tem a obrigação de defender, e peço àqueles que lerão estas minhas coisas que me olhem de forma benigna, enquanto discuto pela verdade, pela justiça e pela pátria.<sup>22</sup>

É o caso do trecho no qual Salutati retoma os argumentos de Loschi sobre a acusação de que Florença teria uma falsa liberdade:

No entanto, escutemos ainda esse novo profeta virulento e louco. “Vejamos, vejamos vossa famosa Constancia e força romana, para defender uma torpe liberdade, ou melhor, uma cruel tirania. Vós estais acostumados a sustentar o nome romano e a declararem sua filiação a Roma. Oh! Quão grande é vossa imprudência, direi em outro lugar.” Veremos, dissestes; todavia viu, vês e verás a força mais que romana e a liberdade, que, como foi dito, é um bem celeste, que supera toda a riqueza do mundo. Todos os florentinos têm no ânimo firme propósito de defendê-la como a própria vida, mais ainda do que com a vida, com as riquezas e com a espada, para deixar aos filhos essa ótima herança, que recebemos de nossos pais, para deixá-la, com a ajuda de Deus, saudável e incontaminada. Tanto nos agrada essa que chamas de torpe, ó mais tolo de todos os homens, que somente os que como tu não conheceram a liberdade não sabem o que ela significa e o tanto que é querida. Essa liberdade que apenas os lombardos, não sei se por natureza ou por hábito, ou talvez por ambas as razões, não parecem nem amar nem desejar. Mas tu considerar torpe e abjeto esse que é o maior presente de Deus.<sup>23</sup>

Salutati assume, assim, a defesa da cidade enquanto cidadão ativo e, como no trecho supracitado, é dever de todo cidadão protegê-la com a própria vida, riquezas e espadas. O bem maior é a república, detentora da liberdade, já que “para se compreender o sentido da liberdade, é preciso entender o sentido da república”<sup>24</sup>. Dessa forma, Salutati tem uma função política bem clara de que “a defesa da república no plano das ideias era tão importante quanto a guarnição de um exército”.<sup>25</sup> O autor é bem ríspido em face de seu destinatário, chamando-o de “profeta virulento e louco” e acrescentando em outros trechos que “por isso, olha e reconhece a tua ignorância e teu erro, e

<sup>22</sup> SALUTATI, Coluccio. *Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza apud BIGNOTTO. Origens do republicanismo moderno. op. cit.*, p. 239.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 242.

<sup>24</sup> BIGNOTTO. *Maquiavel republicano, op. cit.*, p. 75.

<sup>25</sup> ADVERSE. Política e retórica no humanismo do Renascimento, *op. cit.* p. 42

aprende, raivosa e estultíssima besta”<sup>26</sup>. Sua forma agressiva não diminui as forças de seus argumentos precisos, que busca nos antigos e em exemplos clássicos e contemporâneos, persuadir o leitor e convencê-lo.

Retomando a questão do povo, é perceptível a ligação dos cidadãos com a república e o contexto de legitimação destas frente ao poder externo: “A liberdade é, pois, uma essência associada à existência a cidade, e deve ser defendida contra seus inimigos, antes mesmo que sejamos capazes de elucidar seus aspectos teóricos”<sup>27</sup>. É evidente, assim, a relação que Salutati traça entre a tradição republicana e Florença, tomando a liberdade como guardiã das leis.

O que significa ser florentino, senão ser por natureza e pelas leis cidadão romano e, por consequência, livre e não escravo? É de fato próprio da nação e do sangue romano aquele dom divino chamado liberdade; e, tanto é assim, que quem desiste de ser livre não pode mais razoavelmente ser chamado de cidadão romano e nem mesmo florentino.<sup>28</sup>

Ser florentino significa ser livre; significa ser detentor de uma grande herança que deve preservar: a liberdade republicana tem origem em Roma, onde era profundamente valorizada. Apenas numa república é possível conhecer a liberdade de fato, em contraste com aquela defendida por Loschi, que era a de um regime tirânico, uma liberdade que, paradoxalmente, assume a forma de servidão. É perceptível a construção argumentativa do orador que visa ao convencimento de seu leitor, no caso, os florentinos, atingindo o espírito dos cidadãos por meio uma eloquência harmoniosa, capaz de justificar as maiores qualidades do regime republicano.

Essa chamada “politização” do papel do orador será um dos traços que compõem a nova figura do humanista do *Quattrocento*. Mas é bom lembrar que a “ruptura” com o *Trecento* se dá inicialmente no próprio domínio dos *studia humanitatis*, isto é, a geração seguinte à de Petrarca, embora reconheça a inestimável contribuição deste último, reivindicaria para si uma proximidade maior com a Retórica clássica, um domínio mais completo de sua oratória e uma retomada mais fidedigna de seu estilo.<sup>29</sup>

<sup>26</sup> SALUTATI. *Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza*, *op. cit.*, p. 241.

<sup>27</sup> BIGNOTTO. *Maquiavel republicano*, *op. cit.*, p. 23.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 251.

<sup>29</sup> ADVERSE. Política e retórica no humanismo do Renascimento, *op. cit.*, p. 44.

Outro grande autor da época foi Leonardo Bruni, historiador e chanceler<sup>30</sup> de Florença, bem como um dos primordiais tradutores de Platão e de Aristóteles. Seguindo os passos de Coluccio Salutati, Bruni pode ser considerado seu único sucessor. Mesmo vivendo em tempos distintos, não deixou de se refugiar nos antigos e de desenvolver reflexões históricas sobre o regime republicano. A leitura dos textos do autor permite reconhecer que “o pensamento político republicano e a Retórica estiveram efetivamente unidos no *Quattrocento*”<sup>31</sup>. Bruni, continuando as ideias de Salutati, associa a Florença uma herança romana, ao esboçar um lastro histórico que liga diretamente as repúblicas romana e florentina. Assim, fornece um fundamento político para Florença. Conforme Ambrosio:

Um dos temas que Bruni parece tomar de Coluccio Salutati, desenvolvendo e aprofundando as reflexões que este último colocava nas suas cartas, é a difusão de uma nova concepção da história de Florença, e, sobretudo, de sua fundação, ligada à história da Roma republicana, e não mais à figura de Júlio César. Essa nova visão histórica da cidade se refletiu na história e na política de Florença do final do século XIV e também posteriormente, pois, de certa forma, transformou uma questão historiográfica em uma questão política, ao mesmo tempo em que a política, tanto externa quanto interna, de Florença de então passou a fazer parte da sua história, a qual a partir de Salutati e Bruni ficou intimamente ligada à Roma republicana e a seus ideias, ou àqueles que, para Salutati e Bruni, eram, ou deveriam ser, os ideias da República de Roma.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> “Em 27 de novembro de 1427 Leonardo Bruni é eleito chanceler da República de Florença, como sucessor de Paolo Fortini. Segundo Viti (in: Bruni 1996; 47) essa eleição testemunharia o sucesso da facção oligárquica contrária aos Médici. Na complicada situação da política florentina, a eleição de Bruni como chanceler parecia conciliar diferentes facções, graças, sobretudo, ao seu prestígio intelectual e também às boas e contínuas relações com a cúria pontifícia. E foi sua ligação primeiramente com Martinho V e, depois de 1431, com Eugênio IV, que permitiu a Bruni atravessar incólume os politicamente agitados anos de 1433-1434, que viram o exílio e o retorno de Florença – de Cosimo dei Medici. Bruni pôde assim superar as oposições decorrentes da aquisição do controle de poder por parte da facção (*consorteria*) dos Medici e permanecer na chancelaria, ainda que cada vez mais ligado a eles.” AMBROSIO. *Política e Retórica no Humanismo florentino entre os séculos XIV e XV*, *op. cit.*, p. 124.

<sup>31</sup> ADVERSE. *Política e retórica no humanismo do Renascimento*, *op. cit.*, p. 47.

<sup>32</sup> AMBROSIO. *Política e Retórica no Humanismo florentino entre os séculos XIV e XV*, *op. cit.*, p.125-126.

Destarte, a *Laudatio florentinae urbis* segue o padrão do elogio da herança romana de Florença como também da própria organização da cidade. Referido texto teria sido escrito depois da morte de Giangaleazzo Visconti, de maneira que Bruni celebra a vitória da liberdade florentina frente às forças externas que ansiavam usurpá-la. Nesse mesmo período ocorreria a consolidação do regime e de uma nova cultura política, que se reflete na originalidade do autor<sup>33</sup>. A *Laudatio* é frequentemente considerada como um exercício retórico, sem demonstrar os verdadeiros ideais de Bruni. Contudo, não devemos desconsiderar a intenção persuasiva da obra. O retorno a uma possível origem romana, apesar da ausência de comprovações históricas objetivas, ainda longe do horizonte do homem renascentista, satisfaz o objetivo de construir “uma realidade política de acordo com os preceitos defendidos por Bruni”<sup>34</sup>. Nesse sentido, a arte do convencimento adentra nesse espaço de legitimação do discurso, análogo ao que Salutati realizou na *Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza*, e coerente com os ditames retóricos clássicos da Antiguidade.

A *Laudatio* começa com a descrição da geografia. Diferentemente das outras cidades montanhosas, Florença foi erguida sob uma planície e com um ótimo clima, “é protegida por uma linda coroa de muros” bem com é cortada por um rio “que corre pelo meio da cidade traz mais utilidade ou charme”<sup>35</sup>. É uma cidade grandiosa, posto que nenhuma “há em todo orbe terrestre à qual não falte algo das características fundamentais para a beleza”<sup>36</sup>. Por isso, Florença é considerada a cidade ideal de seu tempo, que seguia com os melhores padrões da república com a “criação de um modelo urbanístico e arquitetônico para a cidade, capaz de suplantar todas as demais rivais em opulência e magnificência”<sup>37</sup>. As descrições de Bruni acerca das questões urbanísticas da cidade florentina repercutiram na Modernidade, em especial,

<sup>33</sup> BIGNOTTO. *Maquiavel republicano*, *op. cit.*, p. 27.

<sup>34</sup> ADVERSE. Política e retórica no humanismo do Renascimento, *op. cit.*, p. 48.

<sup>35</sup> BRUNI, Leonardo. *Laudatio florentine urbis*. Trad. Alexandre de Carvalho. Texto inédito concedido pelo Prof. Dr. Carlo Pancera aos alunos da disciplina Tópicos em Filosofia Política: Tópicos em Maquiavel: Formas de Governo, da Universidade Federal de Minas Gerais, p. 5-7.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>37</sup> “Estariam associadas diretamente, portanto, as ambições políticas, republicanas e expansionistas com a constituição de uma imagem ideal de cidade: onde imperaria a justiça, a racionalidade e a liberdade. E tal modelo tão elevado só poderia ser pensado e construído em uma república como a florentina, herdeira de Roma e dos princípios e virtudes dos antigos. Assim, se olharmos com atenção, podemos citar o elogio da cidade de Florença (*Laudatio Florentinae urbis*) como parte dos primeiros escritos sobre as cidades ideais.” PINTO, Fabiana Magalhães.

um enfoque maior ao papel da beleza nas teorias urbanísticas, ainda assim, ligada aos aspectos políticos, marca de sua originalidade.

Ao continuar a leitura da *Laudatio*, percebemos que o próximo passo de Bruni, central em sua narrativa, é a já referida busca da origem de Florença. Nascida da grandeza romana, possui todas as virtudes de sua antecessora, de maneira a honrar os pais em virtude de os florentinos serem “melhores que todos os outros homens em gênio, prudência, elegância e magnificência, e assim também a cidade, situada de modo prudentíssimo, supera todas as outras em esplendor, arquitetura e asseio”<sup>38</sup>. Em meio a tanta grandeza, a origem romana é de uma Roma específica, posto que Bruni, ao exaltar a liberdade, não poderia associar Florença à Roma imperial, dominada pela servidão. Desse modo, para legitimar a argumentação recorre à Roma republicana, no auge de suas virtudes.

E assim o foi: esta esplendíssima colônia romana foi estabelecida no exato período em que o domínio do povo romano florescia grandemente e quando poderosos reis e nações guerreiras estavam sendo conquistados pelos exércitos de Roma e por sua virtude. Cartago, Numância, Corinto se puseram a seus pés. Todas as terras e mares reconheceram a regência de seu povo. E esses mesmos romanos não sofrerão nenhum mal advindo de qualquer de seus inimigos. E ainda nenhum César ou Antônio ou Tibério ou Nero, peste e ruína para a República, conseguiu acabar com a liberdade. Ela, ao contrário, mantinha-se sacra e firme, quando logo depois da fundação da colônia de Florença foi roubada pelos mais vis ladrões.<sup>39</sup>

Florença teria sido, desse modo, herdeira da República romana, e como tal, manteve-se firme no compromisso com as virtudes cívicas, pois “os homens de Florença amam sobretudo a liberdade e são grandes inimigos dos tiranos”<sup>40</sup>. Assim, o pilar da liberdade florentina está no zelo político e na luta contra a tirania, pela qual “nunca se permitiu contaminar”<sup>41</sup>. A importância desse discurso está na pretensão de legitimar as ações de Florença em face ao seu tempo. Colocar Florença como legatária da Roma republicana é, aos olhos de Bruni, legitimar Florença como filha, logo, imbuída do dever de seguir os mesmos passos de seus valorosos progenitores. Tal eles eram

A cidade ideal de Leonardo Bruni. *MORUS – Utopia e Renascimento*, n. 10, p. 367-388, 2015, p. 373.

<sup>38</sup> BRUNI. *Laudatio florentine urbis, op. cit.*, p. 5.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 21-22.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 26.

potência em expansão, Florença, por direito hereditário, também seria. “Desse modo, Florentinos, a vós pertence por hereditariedade o direito de domínio sobre o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fosse de vossos pais”<sup>42</sup>. No período em que a *Laudatio* foi escrita, a cidade era grande polarizadora das povoações vizinhas, influenciando a vida política para além de seus muros. Eis aqui um poderoso argumento retórico para legitimar as ações diplomáticas de Florença.

Portanto, o passado de Florença não só explica e sustenta as posições políticas de Florença nos inícios do século XV (como a guerra contra o ducado de Milão, por exemplo) como é, em parte, a origem das qualidades e da posição que Florença ocupa nesse momento. Para Bruni, a Florença de seu tempo é a “senhora da Itália”, atingiu sua grandeza e glória com a magnitude de suas decisões, ao assumir perigos com a confiança obtida na observância dos pactos, com a integridade, a continência e, sobretudo ao tomar para si a causa e a defesa dos mais fracos. E em todo esse modo de agir, Bruni vê a marca da origem de Florença, mas também o valor próprio desta, sem o qual toda a herança de Roma republicana de nada lhe valeria.<sup>43</sup>

Destarte, as guerras realizadas por Florença seriam todas justas, “e nunca faltará justiça às guerras feitas por esse povo, pois elas são pela defesa e reconquista de seu próprio território”<sup>44</sup>. As ações florentinas estavam cheias de dignidade e virtude porque seguiam os passos de seus ancestrais e, conseqüentemente, “não se esquivou de lutar para ocupar o lugar de mestre da Itália”<sup>45</sup>. Bruni finaliza a *Laudatio* com elogio às instituições<sup>46</sup> e à justiça<sup>47</sup>: a

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>43</sup> AMBROSIO. *Política e Retórica no Humanismo florentino entre os séculos XIV e XV*, *op. cit.*, p. 135.

<sup>44</sup> BRUNI. *Laudatio Florentine urbis*. *op. cit.*, p. 20.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>46</sup> “Esta cidade é, de fato, admirável por suas relações externas, mas não é menos pela sua disciplina nas instituições domésticas. Em nenhum outro lugar há tanta ordem nas coisas; em nenhum outro lugar, tanta elegância; em nenhum outro lugar, tanta unidade. Do mesmo modo que as cordas precisam estar em tal proporção que quando forem feridas se faça diversos sons uma só harmonia, não podendo ser mais prazeroso e suave aos ouvidos, assim também esta prudentíssima cidade em todas as suas partes de tal modo ordenadas que delas resulta uma República consistente.” *Ibidem*, p. 38.

<sup>47</sup> “Antes de tudo, portanto, há de se cuidar para que a justiça seja sagrada nesta cidade, pois sem justiça não pode haver cidade, nem Florença poderia ser chamada de cidade”. *Ibidem*, p. 39.

cidade florentina estava fundada nos dois maiores princípios de Roma, *ius e libertas*.

Mesmo diante de um grande desafio, Brunni é questionado pela postura que adota. Autores como Hankins e Seigel<sup>48</sup> argumentam que, por suas habilidades Retóricas e qualidades políticas, Brunni seria mais um retor profissional do que um humanista cívico. Devemos considerar também o contexto histórico, pois, na época de Brunni, Florença estava dominada pelo que podemos chamar de uma oligarquia. Assim, os referidos intérpretes acreditam que, tanto Salutati quanto Brunni, estavam a serviço desse grupo politicamente dominante e utilizaram da Retórica em face do povo com o fim de esconder as desigualdades existentes<sup>49</sup>.

Independentemente dessas ressalvas, entendemos que a Retórica era parte constitutiva do humanismo e foi importante para a retomada da *vita activa* das cidades. Nesse sentido, a *Laudatio* de Brunni teve o mérito “de transformar as reivindicações concretas dos diversos grupos políticos em um produto literário acabado, fazendo da questão política o núcleo das preocupações do humanismo”<sup>50</sup>. Em seu texto, as questões da cidade assumem posição central, tentativa de legitimar a república e, por meio do elogio, fomentar nos cidadãos florentinos as virtudes correspondentes ao regime, principalmente, a zelo pela liberdade e pelas instituições cidadinas<sup>51</sup>.

### 3. A RETÓRICA A FAVOR DOS PRINCIPADOS: NICOLAU MAQUIAVEL

O ensino da Retórica teve presença marcante nas universidades durante o Renascimento. Era importante a educar o homem para ser *homo eloquens*, ou seja, homem eloquente, habilidoso com as palavras, para bem desenvolver as atividades políticas, como difundido entre gregos e romanos. Com a ascensão

<sup>48</sup> Citados em AMBROSIO. *Política e Retórica no Humanismo florentino entre os séculos XIV e XV*, *op. cit.*

<sup>49</sup> “Em primeiro lugar, o fato de que a oligarquia dominava quase inteiramente o governo tornava difícil a identificação de Florença como uma república temperada, como pretendia Brunni. Em segundo lugar, o que observamos a partir da revolta dos ‘Ciompi’ é que o acesso aos postos públicos tornou-se cada vez mais difícil para os operários e assalariados, fazendo com que a própria lisura dos processos eleitorais fosse frequentemente contestada, devido à presença dos ‘accoppiatori’, que, manipulando os votos, permitiam a algumas famílias ocupar inteiramente o poder, sem que para tanto as instituições devessem mudar de forma.” BIGNOTTO. *Maquiavel republicano*, *op. cit.*, p. 29.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 29-30.

<sup>51</sup> ADVERSE. *Política e retórica no humanismo do Renascimento*, *op. cit.*, p. 48.

dos Médici e a derrocada dos regimes republicanos, a Retórica deixou de servir à república para atender ao príncipe, preponderantemente em matéria diplomática. Assim, a arte da eloquência abandonou o domínio público para adentrar o privado e se vincular aos regimes monárquicos. A imagem do príncipe e sua reputação é a nova fonte de preocupação dos retores.

O príncipe tem de se ocupar agora do fortalecimento de seu domínio frente a uma conjuntura política que se demonstrava cada vez mais complexa e mutável. Ao orador será reservado o domínio da república das letras: esteticização e, ao mesmo tempo, nova profissionalização do *vir bônus dicendis*. Assim como a nova esfera política exige a construção de um novo homem político – mais técnico, mais preciso – a nova esfera cultural requer um novo homem letrado – mais rigoroso, menos universal.<sup>52</sup>

O discurso político é fundamental para a construção da imagem, uma vez que é por meio dele que ocorre a formulação de um juízo. Em adição, a Retórica é imprescindível para a política, porque “toda e qualquer deliberação necessita de persuasão”<sup>53</sup>. Diante disso, para Nicolau Maquiavel, a Retórica possui algo para além da eloquência, já que se constitui como “um conjunto de procedimentos persuasivos que opera igualmente com elementos não verbais. [...] Nessa perspectiva, a Retórica é o produto tanto do discurso quanto do modo do agir do ator político”<sup>54</sup>. Com efeito, para ele, “os homens, universalmente, julgam as coisas mais com os olhos do que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir”<sup>55</sup>. Ademais, nos *Discorsi*, afirma que “o comum dos homens [*universale*] se nutre tanto do que parece ser quanto do que é: aliás, muitas vezes se comovem mais com as coisas que parecem ser do que com as que são”<sup>56</sup>. Assim, podemos concluir que, no âmbito da política, o que aparece é aquilo que efetivamente; “não se trata, portanto, de menosprezar a complexidade da vida política reduzindo o real à aparência, e sim de compreender que, para Maquiavel, essa divisão perde sentido no domínio político porque o efetivo é o que aparece”<sup>57</sup>. Toda a lógica política é compreendida pela representação do ator político, ou seja,

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>53</sup> ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, *op. cit.*, p. 20.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>55</sup> MACHIAVELLI, Nicollò. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 87.

<sup>56</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 87.

<sup>57</sup> ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, *op. cit.*, p. 19.

o que aparenta, levando a perceber que “no âmbito da verdade efetiva só há aparecer”<sup>58</sup>.

Destarte, um príncipe deve se preocupar como é percebido pelo povo, pois é neste que está lastreado o seu poder. Se odiado, pode desencadear uma crise de governo. É importante ressaltar a tese delineada n’*O Príncipe* acerca da conservação política: “o cuidado na produção da imagem é [...] necessário para aquele que deseja exercer e manter o poder”<sup>59</sup>. O governante que tiver uma boa reputação não terá de enfrentar conjurações. Por ser bem apreciado e referenciado, dificilmente o atacam. Aquele que não souber construir a sua imagem está fadado ao fracasso, pois expressa fraqueza e desgostos gerais, alimentando o desejo de derrubá-lo.

Concluo, portanto, que um príncipe deve ter em pouca conta as conjurações enquanto o povo lhe for benévolo, mas, quando este se tornar seu inimigo ou lhe tiver ódio, deverá temer todas as coisas e todo o mundo. Os estados bem-ordenados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em que não desesperar os grandes como em satisfazer o povo e mantê-lo contente, porque esta é uma das matérias mais importantes para um príncipe.<sup>60</sup>

Considerando que o efetivo é aquilo que aparece, a Retórica maquiaveliana, “longe de ser somente um instrumento de persuasão é também a forma do pensamento e o meio de conformação com a realidade política”<sup>61</sup>. Com isso, deve-se considerar a história para agir no espaço político. O próprio *O Príncipe* é um artifício retórico que se vale de argumentos persuasivos, apoiados em imagens e exemplos, para convencer os leitores. Muito útil é retomar as autoridades clássicas, como o historiador Tito Lívio que, no momento em que Maquiavel se refere aos “*modi ed ordini* religiosos dos antigos, é invocado como uma autoridade contra os *modi ed ordini* religiosos modernos”<sup>62</sup>, endossando a crítica à Igreja Católica, acusada de ter falhado com a Itália<sup>63</sup>. Ademais, Maquiavel se insere na tradição Retórica empregando

<sup>58</sup> SOUZA, Flávia Roberta Benevenuto de. *A Virtù do Governante*: circunstâncias e ações para a conquista e manutenção do poder no pensamento de Maquiavel. 2011. 279f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 2011, p. 116.

<sup>59</sup> ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, *op. cit.*, p. 20.

<sup>60</sup> MACHIAVELLI. *O Príncipe*, *op. cit.*, p. 92.

<sup>61</sup> ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, *op. cit.*, p. 23.

<sup>62</sup> AMES, José Luiz. O discurso estratégico: a função da linguagem na arte de escrever de Maquiavel. *Tempo da Ciência*, v. 14, n. 28, p. 115-129, 2007, p. 122.

<sup>63</sup> Para análise de referida crítica, ver os capítulos 10 a 15 do livro I dos *Discorsi*.

os gêneros mais conhecidos, como o *Speculum Principis*, presente em *O Príncipe*; os discursos, em *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; e os diálogos, em *A arte da guerra*. Recorrer à tradição era válido do ponto de vista de forma e efeito, porque a Retórica tradicional oferece-lhe, “de um lado, os meios de expor, num quadro aceitável, seu ensinamento novo e, de outro, recurso para persuadir seus interlocutores”<sup>64</sup>. Por conseguinte, Maquiavel sabia que, para ser ouvido, precisava adentrar os meios políticos e cultos consolidados<sup>65</sup>, como também precisava ser cauteloso com as opiniões manifestadas, por exemplo, em matéria religiosa.

Em *magnus opus*, Maquiavel preocupa-se com o fenômeno político, o aparecer do poder, por meio do qual revela a sua condição fundamental. Nessa linha, o príncipe não precisa encarnar todas as virtudes que os espelhos dos príncipes outrora lhe designavam, mas apenas parecer possuí-las, para agradar os seus súditos segundo o que veem e, assim, suficiente para determinar o juízo que formulem sobre ele. A representação não substitui o ser, “na política a representação é o verdadeiro ser e o único príncipe que existe é o que se vê”<sup>66</sup>. O príncipe é um ator e, como numa cena de teatro, os espectadores julgam o sucesso ou fracasso da peça. É diante disso que se configura a necessidade de considerar a *verità effettuale*, que consiste em tomar as coisas como são. “Não há outra verdade senão aquela que nos aparece, e o que nos aparece é o *effettuale*”<sup>67</sup>.

A concepção de *verità effettuale* proposta por Maquiavel permite pensar que a realidade se esgota completamente na aparência não porque somente trapaceando o príncipe seria capaz de satisfazer suas ambições, e sim porque é o único modo de ascender ao *vivere politico*. Em outras palavras, a vida política se desenvolve na esfera da aparência: a verdade política é possível de ser captada tão somente pelos efeitos (resultados ou consequências das ações). É nisto que consiste a conhecida ruptura maquiaveliana com a moral e a instituição da política como domínio autônomo, algo pensado a partir da mesma.<sup>68</sup>

<sup>64</sup> AMES. O discurso estratégico, *op. cit.*, p. 116.

<sup>65</sup> SOUZA. *A Virtù do Governante*, *op. cit.*, p. 105.

<sup>66</sup> ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, *op. cit.*, p. 50.

<sup>67</sup> AMES, José Luiz. Verdade efetiva e ação política em O príncipe de Maquiavel. In: ADVERSE, Helton (Org.). *Reflexões sobre Maquiavel: 500 anos de O príncipe*. São Paulo: Loyola, 2015, p. 124.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 123.

“Porém, sendo meu intento escrever uma coisa útil para quem a escuta, parece-me mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação sobre ela”<sup>69</sup>. É com essa afirmação que, no capítulo XV d’ *O Príncipe*, Maquiavel propõe considerar a realidade como ela é, contrapondo os seus antecessores em matéria de teoria política que se preocupavam em procurar modelos ideais. É tendo em mente essa concepção que o governante apresentar-se-á ao povo diante da necessidade. Assim, “à luz desse texto, por fim, é possível dizer que para Maquiavel o primeiro passo na direção da virtude consiste na adesão consciente à necessidade”<sup>70</sup>. Ela está relacionada à natureza dos homens, que são maus. Como tratado pelo autor acerca das variações do principado novo, os homens mudam “de bom grado de senhor, acreditando com isso, que irão melhorar. Essa crença os faz tomar armas contra ele. Só mais tarde percebem o engano, pela própria experiência, vendo que pioraram”<sup>71</sup>. Isso revela que os homens são volúveis, o que é reiterado no capítulo XVII:

Isso porque geralmente se pode dizer o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos por ganho e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, os bens, a vida e os filhos, como eu disse acima, desde que a carência esteja distante; mas, quando precisa deles, revoltam-se.<sup>72</sup>

Ao afirmar uma antropologia negativa, Maquiavel utiliza-a como um artifício para cálculo<sup>73</sup> da análise política. Nesse sentido, o governante deve considerar o povo nas suas necessidades para manter-se no poder, ou melhor, “a *verità effettuale* exige que a ação do governante ocorra seguindo as imposições da necessidade”<sup>74</sup>. É devido a isso que o governante deve se preocupar com a aparência: deve controlá-la ou se submeterá às contingências dos homens.

<sup>69</sup> MACHIAVELLI. *O Príncipe*, *op. cit.*, p. 75.

<sup>70</sup> MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 42.

<sup>71</sup> MACHIAVELLI. *O Príncipe*, *op. cit.*, p. 9.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>73</sup> “Assim a maldade não é uma categoria ontológica, e sua descrição fenomenológica é apenas uma pressuposição, que deve ser levada em conta no momento em que se dispõe a criar novas fórmulas. Trata-se, portanto de um cálculo, que permite ao legislador reduzir o número de variáveis com as quais terá de lidar num momento em que todas as referências estão em questão.” BIGNOTTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. *ANALYTICA*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 77-100, 2008, p. 92-93.

<sup>74</sup> SOUZA. *A Virtù do Governante*, *op. cit.*, p. 110.

Mas, se podemos dizer que é na exterioridade das aparências que se situa a verdade do político, é preciso lembrar que essa exterioridade deve ser aquela refletida pelo povo ou pela comunidade política. Dessa forma, o ator político, o príncipe, se deseja ver suas aspirações realizadas, se vê obrigado a conformá-las às regras da visibilidade. O *popolo*, por outro lado, exige que o ator que aparente determinadas qualidades para que seu próprio desejo seja satisfeito, o que nos permite concluir que não apenas o príncipe, mas também o povo se constitui como tal a partir do estabelecimento dessa dimensão da visibilidade. Na disputa com seus rivais (externos e internos), o príncipe deve responder uma demanda de aparências que por fim neutraliza a ação dos concorrentes.<sup>75</sup>

Cabe ao governante realizar ações que vão de encontro com a verdade efetiva, as necessidades, com o fim de se manter no poder, de maneira que, uma vez falha a imagem, o governante teria de utilizar de armas ou da Fortuna. Em vista disso, o ator político deve se preocupar com a marca que deixa, para que possa lhe proporcionar louvores. Ademais, “é preciso saber não ser bom e conseguir a marca do bom”<sup>76</sup>, visto que, em certas situações, precisa assumir posições que não agradariam ao corpo político. Consequentemente, a imagem fluirá entre boa e má<sup>77</sup>, cabendo a ele a *virtù* para se adequar à matéria.

Podemos perceber que a Retórica em Maquiavel não é apenas um instrumento da *virtù*, mas também é sua análoga, posto que ambas estão em contato com as contingências mundanas, a *Fortuna*. Um príncipe que deseja sucesso na manutenção do poder deve considerar a sua imagem como um meio para tal. Ele “precisa executar ações tendo em vista que será julgado pelas aparências dos resultados destas. Sua imagem não é fruto somente do que ele é, mas – e especialmente – do que ele parece ser”<sup>78</sup>. Os homens julgam pela aparência, ou seja, não aquilo que é, mas aquilo que parece ser. Portanto, a opinião pública é imprescindível para a vida política, de modo que o governante deve saber mantê-la a seu favor.

O lugar do príncipe é um lugar simbólico, e a força de que ele dispõe para governar os súditos depende de sua capacidade de manipular os signos, de dar a vida a eles, isto é, representar. Por isso o ator político vale (o juízo

<sup>75</sup> ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, op. cit., p. 51.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>77</sup> AMES. Verdade efetiva e ação política em O príncipe de Maquiavel, op. cit., p. 121.

<sup>78</sup> SOUZA. *A Virtù do Governante*, op. cit., p. 118.

do olhar é um juízo valorativo) o que representa, jamais “por ele mesmo”, isto é, seu “ser político” se esgota na representação e sua *virtú* está ligada a sua capacidade de representar, no sentido teatral, e de fazer representante de algo (daquilo que os cidadãos esperam dele, ou seja, que ele represente a garantia de satisfação de seus desejos): a autoridade de que vai dispor o príncipe depende especialmente do juízo que os homens fazem dele e, é preciso lembrar, os homens “sempre” fazem juízo.<sup>79</sup>

Em outras palavras, a Retórica, em Maquiavel, é o melhor caminho, ou mesmo o único, por meio do qual o homem politicamente ativo pode lidar com os negócios públicos, conservando a sua posição de poder.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma do pensamento humanista se caracterizou pela “viragem” para a linguagem e para a Retórica<sup>80</sup>. Esta esteve demasiadamente relacionada à *studia humanitatis*, ou seja, as matérias relacionadas ao homem. Ela era a ligação entre a cultura clássica e a ação republicana, estando diretamente ligada à vida cívica e ao diálogo<sup>81</sup> persuasivo. Diante disso, Aristóteles e Cícero foram figuras importantes para a construção da cultura política da Retórica no renascimento. Ambos os autores ressaltam a importância de uma vida ativa, voltada para os valores da cidade, de maneira que a Retórica era um ato de liberdade política, no que tange a participação dos liames da cidade.

Perante um cenário de afirmação das “cidades-repúblicas”, “a Retórica forneceu um elo necessário entre os eruditos e uma sociedade de mercadores”<sup>82</sup>, de modo que se caminhou por lugares que as comunas medievais desconheciam. Ademais, a Retórica foi desmedida nas relações diplomáticas. Utilizado o exemplo de Florença, tem-se que esta cidade, como outras de seu tempo, tentava afirmar-se livre diante da universalidade da Igreja Católica e do Império, utilizou de seus chanceleres, que diante de um discurso político, exaltavam a liberdade republicana em face à servidão que insaciavelmente tentava usurpá-la. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni foram figuras bastante importantes para o período analisado, de modo que, ao retomar um passado de origem da república romana, buscavam legitimar a liberdade florentina,

<sup>79</sup> ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*. op. cit., p. 55.

<sup>80</sup> SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, Retórica e Filosofia no Renascimento*. Lisboa: Colibri, 2004.

<sup>81</sup> BIGNOTTO. *Maquiavel republicano*, op. cit., p. 15.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 20.

esta “em sua essência associada à existência da cidade e deve ser defendida contra seus inimigos”<sup>83</sup>.

O pensamento maquiaveliano trouxe uma importante contribuição acerca das aparências na política. A Retórica deixa de defender as “cidades-repúblicas” e passa a defender os governantes, que deveriam preocupar-se com o modo como são percebidos pelos seus súditos com o fim de manter e conservar o poder. Ao empregar a história e a natureza humana, Maquiavel demonstra que o governante deve se apegar à *vertitā effētuale* e saber utilizar desta de modo a ter sucesso em suas ações.

Portanto, a Retórica teve grande destaque pelo papel que assumiu, nas universidades ou em cargos públicos, como chanceleres, como também teve relação com a cultura republicana. No entanto, com a decadência dos regimes republicanos, passou a ser uma diplomacia ligada aos regimes monárquicos. É imprescindível o papel da Retórica na construção do espaço político do período da Renascença, uma vez que outrora era um espaço desvalorizado ou mesmo não utilizado em face à vida contemplativa, enaltecida pela cultura religiosa da época. O espaço público passou a ser um espaço de debates, de conflito ou até mesmo de contingências. Cabe ao ator político saber utilizar da *virtù*, e de uma boa persuasão.

[Recebido em agosto 2017; Aceito em março 2018]

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e Retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- \_\_\_\_\_. Política e Retórica no Humanismo Italiano. *O Que nos Faz Pensar*, v. 27, p. 27-58, 2010.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Reflexões sobre Maquiavel: 500 anos de O príncipe*. São Paulo: Loyola, 2015.
- AMES, José Luiz. O discurso estratégico: a função da linguagem na arte de escrever de Maquiavel. *Tempo da Ciência*, v. 14, n. 28, p. 115-129, 2007.
- \_\_\_\_\_. Verdade efetiva e ação política em O príncipe de Maquiavel. In: ADVERSE, Helton (Org.). *Reflexões sobre Maquiavel: 500 anos de O príncipe*. São Paulo: Loyola, 2015.
- AMBROSIO, Renato. *Política e Retórica no Humanismo florentino entre os séculos XIV e XV: em torno do humanismo cívico*. 2014. 274f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- ARISTÓTELES. *The complete works of Aristotle: the revised Oxford translation*. Ed. Jonathan Barnes. Princeton: Princeton University Press, 1984, v. 2.
- BIGNOTTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. *ANALYTICA*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 77-100, 2008.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 23.

- \_\_\_\_\_. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BRUNI, Leonardo. *Laudatio florentine urbis*. Trad. Alexandre de Carvalho. Texto inédito concedido pelo Prof. Dr. Carlo Pancera.
- CÍCERO. *De optimo genere oratorum*. Trad. Brunno Vinicius Gonçalves Vieira e Pedro Colombaroli Zoppi. *Scientia traductionis*, Florianópolis, n. 10, p. 4-15, 2011.
- \_\_\_\_\_. *La invención Retórica*. Trad. Salvador Núñez. Madrid: Gredos, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Opere retoriche*. A cura di Giuseppe Norcio. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1970, v. III.
- \_\_\_\_\_. *Sobre la república*. Trad. Álvaro D'Ors. Madrid: Gredos, 1984.
- FREITAS, Eduardo da Silva de. Cícero e o Orador: Comentários sobre o de *Oratore*. *Cadernos do CNLF*, vol. XVIII, Nº 10 – Línguas Clássicas, Textos Clássicos, Línguas Estrangeiras e Tradução. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2014.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- KRISTELLER, Paul Oskar. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.
- LIMA, Marcos Aurélio de. *A Retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia*. Natal: IFRN, 2011.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- PINTO, Fabiana Magalhães. A cidade ideal de Leonardo Bruni. *MORUS – Utopia e Renascimento*, n. 10, p. 367-388. 2015.
- SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, Retórica e Filosofia no Renascimento*. Lisboa: Colibri, 2004.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Flávia Roberta Benevenuto de. *A Virtù do Governante: circunstâncias e ações para a conquista e manutenção do poder no pensamento de Maquiavel*. 2011. 279f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.